

## **“Nova Madeira”? Notas e Reflexões para o Estudo da História da Colonização Madeirense no Planalto da Huíla (Angola), 1884-1975**

“New Madeira”? Notes and Considerations for the Study of the History of Madeiran Colonization in the Huíla Highlands (Angola), 1884-1975

*Fernando Tavares Pimenta*<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este artigo analisa a história da colonização madeirense no Planalto da Huíla, no Sul de Angola, no período compreendido entre 1884 e 1975. Mais concretamente, procura reflectir sobre a evolução histórica do núcleo colonial branco criado pelos madeirenses nas Terras Altas da Huíla, em especial na cidade do Lubango, tendo em consideração aspectos económicos, sociais e políticos, consubstanciados na formação de uma comunidade fortemente enraizada em solo africano, cuja identidade, interesses e horizontes se situavam plenamente em África. A este respeito, os colonos madeirenses não só revelaram uma singular capacidade de adaptação à realidade africana, como também a moldaram, tendo transplantado para o planalto certos aspectos da sua vivência material e espiritual original na Ilha da Madeira, sendo disso exemplos a construção de levadas, a realização de uma agricultura baseada na policultura de regadio ou a devoção a Nossa Senhora do Monte, cujo complexo por eles erigido no Lubango constitui, ainda hoje, uma das principais referências do catolicismo no Sul de Angola. Por outro lado, a boa adaptação à realidade africana e o isolamento de que os colonos foram vítimas durante as primeiras quatro décadas do povoamento criaram as condições para a

---

<sup>1</sup> Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa. Autor de vários livros e artigos nas áreas da História Contemporânea, da História Colonial e da História Insular. Ao longo do seu percurso académico foi distinguido com vários prémios científicos, nomeadamente o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (2009), conferido pela Universidade do Minho, e o Prémio Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares (2018), conferido pela Assembleia da República. Email: [fernandopimenta\\_2000@yahoo.com](mailto:fernandopimenta_2000@yahoo.com).

africanização dessa comunidade branca colonial, caso único na história da colonização portuguesa em Angola. Designados de *chicoronhos*, tanto por negros, como por brancos, os colonos madeirenses e seus descendentes eram tidos, já nos finais da década de 1920, como constituintes de uma novel “tribo branca” da Huíla. Esta africanização resultou, entre outras coisas, na assunção de uma postura nacionalista, favorável à independência de Angola, no quadro maior do nacionalismo euro-africano e que teve o seu principal expoente na fundação da Frente de Unidade Angolana. Porém, o atabalhado processo de descolonização e a violência espoletada pela guerra civil angolana conduziu ao êxodo da maioria da população branca do planalto huilano em 1975, colocando um ponto final no processo de colonização das Terras Altas da Huíla.

**Palavras-chave:** Angola; Huíla; Colonização; Descolonização; Nacionalismo Euro-Africano; Madeira.

### **Abstract**

This article analyzes the history of Madeiran colonization in the Huíla Plateau, in Southern Angola, in the period between 1884 and 1975. More specifically, it seeks to reflect on the historical evolution of the white colonial nucleus created by Madeirans in the Huíla Highlands, in particular in the town of Lubango, taking into account economic, social and political aspects, embodied in the formation of a community strongly rooted in African soil, whose identity, interests and horizons were fully situated in Africa. In this respect, the Madeiran settlers not only revealed a unique ability to adapt to the African reality, but also shaped it, having transplanted to the plateau certain features of their original material and spiritual experience on the Island of Madeira, such as the construction of *levadas*, carrying out an agriculture based on irrigated polyculture or the devotion to *Nossa Senhora do Monte*, even today, one of the main references of Catholicism in Southern Angola. On the other hand, the good adaptation to the African reality and the isolation suffered by the settlers during the first four decades of settlement created the conditions for the Africanization of this white colonial community, a unique case in the history of Portuguese colonization in Angola. Called *chicoronhos*, both by blacks and whites, the Madeiran settlers and their descendants were considered, already in the late 1920s, as constituents of a new “white tribe” of Huíla. This Africanization resulted, among other things, in the assumption of a nationalist stance, favorable to the independence of Angola, within the larger framework of Euro-African nationalism and which had its main exponent in the foundation of the Angolan United Front. However, the botched decolonization process and the violence triggered by the Angolan civil war led to the exodus of the majority of the white population from the Huíla plateau in 1975, putting an end to the colonization process of the Huíla Highlands.

**Keywords:** Angola; Huíla; Settler Colonialism; Decolonization; Euro-African Nationalism; Madeira.

## Introdução

Este artigo coloca em perspectiva a história da colonização madeirense nas Terras Altas da Huíla, no Sul de Angola, no período compreendido entre 1884 e 1975. Para além de trazer novos dados sobre o fenómeno colonial, procura reflectir sobre a evolução histórica do núcleo de povoamento branco criado pelos madeirenses na década de 1880, tendo em consideração aspectos económicos, sociais e políticos, consubstanciados na formação de uma comunidade fortemente enraizada em solo africano, cuja identidade, interesses económicos e horizontes políticos se situavam plenamente em África. Tal como iremos demonstrar, a africanização dessa comunidade branca colonial resultou na assunção de uma postura nacionalista, favorável à independência de Angola, pelo menos a partir da década de 1940. No entanto, o atabalhado processo de descolonização de Angola<sup>2</sup>, em 1974-1975, marcado pela guerra civil e pela generalização da violência contra a população civil, conduziu à implosão da comunidade branca da Huíla, por via do seu êxodo para a ex-metrópole (Portugal), para o vizinho Sudoeste Africano (Namíbia), para a África do Sul e até para o Brasil<sup>3</sup>. Permaneceram, contudo, as marcas e os vestígios materiais decorrentes da presença madeirense, nomeadamente na cidade do Lubango.

Dito isto, importa fazer primeiramente um breve enquadramento do processo de colonização das Terras Altas da Huíla pelos colonos oriundos da Ilha da Madeira. A este respeito, há que referir que a história da colonização da Huíla já foi objecto de estudo por parte de vários académicos e interessados na matéria, entre os quais Alfredo de Albuquerque Felner<sup>4</sup>, Carlos Alberto Medeiros<sup>5</sup>, Orlando Ribeiro<sup>6</sup>, Cristiana Bastos<sup>7</sup>, Bruno Santos Carvalho<sup>8</sup> e ainda Cervino Padrão<sup>9</sup>, Miguel Jasmins Rodrigues<sup>10</sup> e Jorge de Abreu Arrimar<sup>11</sup>. Nós próprios também já nos debruçámos sobre a temática

---

<sup>2</sup> Sobre a descolonização de Angola veja-se: MACQUEEN, 1998, *A Descolonização da África Portuguesa*; SCHNEIDMAN, 2005, *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*; PIMENTA, 2015, «O processo de descolonização de Angola», pp. 157-174.

<sup>3</sup> Sobre o êxodo da população branca de Angola veja-se: PIMENTA, 2015, *Descolonização de Angola e de Moçambique* [...]; PIMENTA, 2017, «Causas do êxodo das minorias brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975)», pp. 99-124.

<sup>4</sup> FELNER, 1940, *Angola: Apontamentos sobre a colonização dos planaltos* [...].

<sup>5</sup> MEDEIROS, 1976, *A colonização das Terras Altas da Huíla* [...].

<sup>6</sup> RIBEIRO, 1981, *A colonização de Angola e o seu fracasso*.

<sup>7</sup> BASTOS, 2008, «Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies», pp. 27-54.

<sup>8</sup> CARVALHO, 2021, *Política e Sociedade Colonial Branca no Sul de Angola* [...].

<sup>9</sup> PADRÃO, 1998, *A colonização do Sul de Angola*.

<sup>10</sup> RODRIGUES, 2000, «A colonização madeirense nas Terras Altas da Huíla», pp. 693-704.

<sup>11</sup> ARRIMAR, 1997, *Os Bettencourt: da ilha da Madeira ao planalto da Huíla*.

do povoamento branco no Sul de Angola, tendo em particular consideração o caso da Huíla<sup>12</sup>. Por isso, não é nosso objectivo incidir tanto nos aspectos relacionados com o processo de recrutamento e de instalação dos colonos madeirenses na Huíla, mas sim aprofundar mais a questão da evolução ao longo do tempo da comunidade, bem como reflectir sobre o desenvolvimento da sua identidade euro-africana e suas consequências no plano político do nacionalismo angolano. Pretendemos também identificar alguns aspectos da cultura material e imaterial da Madeira transportados pelos colonos insulares para o Planalto da Huíla.

### **Enquadramento Histórico do Processo de Colonização da Huíla**

A colonização madeirense da Huíla deve ser entendida no contexto mais lato da história do colonialismo de povoamento europeu em África. O colonialismo de povoamento (*settler colonialism*) é uma forma ou subtipo de colonialismo que consiste na transferência a título permanente de contingentes populacionais provenientes da metrópole para um território submetido à dominação colonial, com objectivo de reproduzir aí a sociedade colonizadora. Os colonos instalam-se num dado território com o intuito de aí construírem uma nova pátria – e uma nova sociedade –, cujo arquétipo permanece a potência colonizadora, a chamada mãe-pátria. Essa colonização implica, muitas das vezes, a eliminação parcial ou total das populações indígenas<sup>13</sup>.

Neste sentido, o colonialismo de povoamento caracteriza-se pelo povoamento e ocupação permanente do território por uma população colonizadora e não apenas pela exploração dos seus recursos económicos, resultando na constituição de uma “terceira força” no seio da situação colonial, representada pelos colonos brancos. Em vastas regiões do Novo Mundo, em especial nos Estados Unidos da América, no Canadá, no Sul do Brasil e na Argentina, bem como na Austrália e na Nova Zelândia, o povoamento europeu foi de tal forma significativo que resultou na quase supressão das populações indígenas. Nessas regiões, os núcleos coloniais de origem europeia erigiram-se em nacionalidades independentes, constituindo países que se tornaram independentes nos finais do século XVIII e ao longo do século XIX. Ao invés, em África, o colonialismo de povoamento europeu foi um fenómeno demograficamente mais

---

<sup>12</sup> Veja-se em especial PIMENTA, 2005, *Branco de Angola* [...].

<sup>13</sup> Sobre o conceito de *settler colonialism* veja-se: VERACINI, 2010, *Settler Colonialism: A Theoretical Overview*; e VERACINI, 2013, «Settler Colonialism: Career of a Concept», pp. 313-333.

limitado, para além de tardio, permanecendo adstrito a certas zonas da Argélia, da África do Sul, da Rodésia do Sul (Zimbábwe), do Quénia, de Angola e de Moçambique. E, se no caso da África do Sul, o núcleo colonial branco, numericamente mais significativo, logrou tomar o poder e controlar o aparelho de Estado durante a maior parte do século XX, o mesmo não aconteceu nas outras colónias de povoamento, com a excepção, temporalmente muito limitada, da Rodésia do Sul entre 1965 e 1980. Nos outros territórios, as independências africanas significaram a implosão e o êxodo das comunidades de origem europeia, entre as quais a de Angola<sup>14</sup>.

Falando especificamente no caso angolano<sup>15</sup>, podemos afirmar que as origens do povoamento branco remontam à fundação de Luanda no último quartel do século XVI<sup>16</sup>. Contudo, o povoamento do Sul de Angola só teve verdadeiramente início no século XIX, a despeito da existência de tentativas anteriores, mas que fracassaram em virtude das condições adversas, da exiguidade dos contingentes populacionais, da falta de recursos e de transportes e de vias de comunicação, das doenças e da oposição das populações africanas. Várias foram pois as tentativas de colonização branca dos territórios do Sul de Angola, mas poucas tiveram efectivamente sucesso. Foi o caso da fundação de Moçâmedes, na costa, por um conjunto de famílias portuguesas provenientes do Brasil, em Maio de 1849. A instalação desses colonos no litoral angolano foi auxiliada pelo governo português, que providenciou o transporte e a segurança dos cento e oitenta povoadores até ao seu estabelecimento definitivo em Angola. Esta vaga migratória foi continuada por outras levas de colonos oriundas directamente de Portugal<sup>17</sup>.

Mais difícil foi o processo de povoamento do interior meridional angolano, em especial das regiões planálticas situadas a Leste do deserto do Namibe, as chamadas Terras Altas da Huíla. Com uma área aproximada de 9600 quilómetros quadrados, as Terras Altas da Huíla constituem uma vasta região planáltica com uma altitude média superior a 1500 metros e que, nalguns casos, chega a atingir os 2000 metros.

---

<sup>14</sup> Para uma visão de conjunto veja-se CAVANAGH & VERACINI, 2016, *The Routledge Handbook of the History of Settler Colonialism*.

<sup>15</sup> PIMENTA, 2017, «Colonialismo Demográfico Português em Angola [...]», pp. 219-246.

<sup>16</sup> Sobre a colonização de Angola veja-se o trabalho pioneiro, ainda que de cariz fundamentalmente documental, de FELNER, 1933, *Angola: apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela*. Cf. BIRMINGHAM, 1965, *The Portuguese Conquest of Angola*; WHEELER & PÉLISSIER, 2009, *História de Angola*; PINTO, 2017, *História de Angola da Pré-História ao Início do Século XXI*. Veja-se também o interessante ensaio a respeito de Luanda de OLIVEIRA, 1968, *Luanda. Ilha Crioula*.

<sup>17</sup> AMARAL, 1960, *Aspectos do povoamento branco de Angola*, p. 17. Sobre a história de Moçâmedes veja-se as interessantes considerações do escritor Leonel Cosme em COSME, 2001, *Crioulos e Brasileiros de Angola*.

A Serra da Chela, a Oeste, separa o planalto do deserto, impondo-se como uma barreira natural para quem vem do litoral. As altitudes elevadas favorecem uma certa amenidade do clima, criando condições particularmente propícias ao povoamento humano e gerando um forte contraste com o deserto que lhe é vizinho<sup>18</sup>. De salientar que o território, ainda que não fosse densamente habitado, era originalmente povoado por africanos M'Huila, uma população pastoril do grupo étnico-linguístico Nyaneca-Humbe<sup>19</sup>.

A Coroa Portuguesa, conhecedora do potencial de aproveitamento desse território, procurou por várias vezes promover a sua colonização. Por exemplo, no terceiro quartel do século XVIII, por inspiração do Governador de Angola, D. Francisco Sousa Coutinho<sup>20</sup>, foi estudada a possibilidade da colonização do planalto da Huíla por colonos provenientes dos Açores. Para além disso, houve lugar à instalação de um primeiro povoado denominado de *Alba Nova*. Mas os vários projectos delineados pelas autoridades portuguesas não tiveram particular êxito, pelo menos até meados do século XIX. Em todo o caso, em 1857, após algumas tentativas de povoamento de êxito limitado, a Huíla foi elevada à categoria de concelho, se bem que contasse, no início desse ano, apenas com poucas dezenas de colonos, aos quais se juntou um contingente de novos povoadores de origem alemã e de alunos da Casa Pia, bem como alguns luso-brasileiros. Ensaiou-se também, com escasso sucesso, o estabelecimento de uma colónia militar-agrícola, por via da instalação de colonos militares. Contudo, em finais da década de 1860, a população branca da Huíla permanecia bastante circunscrita, contando com menos de duas centenas de efectivos<sup>21</sup>.

No entanto, no início da década de 1880, a situação alterou-se profundamente com a instalação de cerca de duas centenas de *bóeres* na Humpata (uma das várias localidades do planalto). Os *bóeres* eram originários do território sul-africano, sendo descendentes de colonos holandeses instalados no Cabo no século XVII. Com a extensão da soberania inglesa ao Sul do continente, os *bóeres* partiram em massa para outras regiões, formando as Repúblicas do Transval, do Natal e o Estado Livre de Orange. Um grupo mais reduzido rumou a norte e atravessou o deserto do Calaári, tendo atingido os limites meridionais do território angolano no final da década de

---

<sup>18</sup> MEDEIROS, 1976, *A colonização das Terras Altas da Huíla* [...], pp. 19-21 e 38-59.

<sup>19</sup> Para uma caracterização antropológica das populações africanas residentes no Planalto da Huíla veja-se o volume 2 da obra de ESTERMANN, 1957, *Etnografia do Sudoeste de Angola*.

<sup>20</sup> Sobre o governo de D. Francisco Sousa Coutinho em Angola veja-se SOUSA, 1996, *D. Francisco de Sousa Coutinho em Angola: Reinterpretação de um Governo (1764-1772)*.

<sup>21</sup> Para uma visão detalhada acerca das várias tentativas de colonização inicial do Planalto da Huíla veja-se MEDEIROS, 1976, *A colonização das Terras Altas da Huíla* [...], pp. 119-164.

1870. Após negociações com as autoridades portuguesas, os *bóeres* foram autorizados a instalarem-se nas Terras Altas da Huíla, fundando a colónia de São Januário da Humpata em 4 de janeiro de 1881<sup>22</sup>.

Porém, a instalação dos *bóeres* não obedeceu aos termos inicialmente contratualizados com as autoridades portuguesas, ocorrendo tensões entre *bóeres*, colonos de origem portuguesa e indígenas africanos. Além disso, a sua nacionalidade, a sua cultura e filiação religiosa eram bastante distintas da portuguesa, pelo que não houve lugar à integração dos *bóeres* com a comunidade de origem portuguesa. De resto, muitos *bóeres* recusavam-se a obedecer às orientações e indicações das autoridades. Uma situação que gerou receios entre os portugueses, que temeram a desnacionalização e perda de soberania sobre o território pela mão dos recém-chegados<sup>23</sup>. Para contrastar esta situação, a monarquia portuguesa decidiu promover um programa de colonização dirigida, procedendo ao envio de um contingente significativo de colonos portugueses para a Huíla. As autoridades apostaram no recrutamento de colonos nas zonas rurais do país, mas com maior incidência na Madeira. É pois neste contexto que deve ser entendido a colonização das Terras Altas da Huíla por famílias de colonos provenientes da Ilha da Madeira<sup>24</sup>.

### **Recrutamento e Instalação dos Colonos Madeirenses na Huíla**

Relativamente ao recrutamento dos colonos madeirenses para o Planalto da Huíla há, desde logo, uma questão que se coloca: por que motivo(s) foram os colonos recrutados sobretudo na Ilha da Madeira? A resposta a esta questão tem seguramente várias condicionantes. Em primeiro lugar, importa considerar que a Madeira possuía um número significativo de famílias dispostas a emigrar com vista a melhorar a sua situação económica e condições de vida. De facto, a economia rural da Madeira atravessava então uma situação bastante difícil, por via da crise da vinha, atacada que foi pela mangra e depois pela filoxera. Miguel Jasmins Rodrigues alude também à crise dos canaviais, atacados pelo *Conyothyrium melasporum* a partir de 1882,

---

<sup>22</sup> Sobre os *bóeres* em Angola veja-se: GUERREIRO, 1958, «Boers de Angola», pp. 11-31; MEDEIROS, 1976, *A colonização das Terras Altas da Huíla* [...], pp. 164-188; CARVALHO, 2021, *Política e sociedade colonial branca no Sul de Angola* [...], pp. 51-53.

<sup>23</sup> NASCIMENTO, 1892, *O distrito de Mossamedes, colonização europeia (I Parte)*, pp. 55-58; MEDEIROS, 1976, *A colonização das Terras Altas da Huíla* [...], pp. 174-178 e 188.

<sup>24</sup> Para uma visão de conjunto acerca da instalação dos colonos madeirenses na Huíla veja-se MEDEIROS, 1976, *A colonização das Terras Altas da Huíla* [...], pp. 189-218.

ficando praticamente devastados nos anos seguintes<sup>25</sup>. Portanto, numa ilha com recursos limitados e uma pressão demográfica significativa, era grande a pobreza dos estratos mais desfavorecidos da população<sup>26</sup>. Por isso, muitos madeirenses emigravam, demandando outros países e territórios em busca de oportunidades e de melhores condições de vida. As décadas de 1870 e de 1880 foram de intensa emigração, dando continuidade a fluxos anteriores, nomeadamente para o Brasil. Mas, para além deste país, destino tradicional da emigração portuguesa, outros territórios tinham-se tornado destinos específicos da emigração madeirense, pelo menos desde a década de 1830, entre os quais o Havai, a Guiana e Trinidad<sup>27</sup>. Podemos portanto alegar que havia um número substancial de indivíduos e até de famílias inteiras dispostas a emigrar, «quase a qualquer preço»<sup>28</sup>, mesmo para um lugar relativamente inóspito, como o era então a Huíla.

No entanto, não foi a situação económica da Madeira o critério principal que determinou o recrutamento preferencial de colonos madeirenses por parte das autoridades portuguesas. Na verdade, à época, entendia-se que os madeirenses estariam mais bem preparados para povoarem as zonas tropicais do continente africano, uma vez que estariam já habituados a viver num clima subtropical<sup>29</sup>. Por exemplo, José Pereira do Nascimento, médico naval e um dos principais teóricos e analistas da colonização branca de Angola, considerava que os futuros colonos deviam ser recrutados na Madeira e nos Açores, pois seriam homens «robustos e morigerados», habituados a um clima mais próximo do tropical<sup>30</sup>. Opinião semelhante tinha Manuel Pinheiro Chagas, Ministro da Marinha e do Ultramar entre 1883 e 1886, que considerava que os colonos da Madeira levavam família, criavam raízes na terra onde se estabeleciam e formavam povoações definitivas e seguras<sup>31</sup>. A isto acrescia

---

<sup>25</sup> RODRIGUES, 2000, «A colonização madeirense nas Terras Altas da Huíla», p. 695.

<sup>26</sup> Sobre a situação social na Madeira veja-se BRANCO, 2019, *Camponeses da Madeira: As Bases Materiais do Quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*. Veja-se também, ainda que para um período anterior, SOUSA, 1994, *História Rural da Madeira: a Colonia*.

<sup>27</sup> BASTOS, 2008, «Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies», p. 39. Sobre a emigração para o Havai veja-se CALDEIRA, 2010, *Da Madeira para o Hawaii: a emigração e o contributo cultural madeirense*.

<sup>28</sup> É esta a conclusão de Miguel Jasmims Rodrigues, ao debruçar-se sobre os motivos do êxito do recrutamento de colonos na Madeira. O autor salienta ainda que o «principal motivo de aliciamento [dos colonos] consistiria nos 30\$000 que lhes eram pagos no acto de engajamento, ainda na Ilha, bem como, talvez, no subsídio que recebiam no primeiro ano, seis meses a \$300 por dia e \$150 durante o segundo semestre, dois terços para as mulheres e um terço para os menores de 18 anos». Cf. RODRIGUES, 2000, «A colonização madeirense nas Terras Altas da Huíla», pp. 695-696.

<sup>29</sup> DIAS, 1957, *A Cidade de Sá da Bandeira*, p. 15.

<sup>30</sup> NASCIMENTO, 1892, *O distrito de Mossamedes, colonização europeia (I Parte)*, p. 168.

<sup>31</sup> CHAGAS, 1890, *As Colónias Portuguesas no Século XIX (1811 a 1890)*, pp. 129-130.



o facto da colonização por colonos provenientes das Ilhas já se ter revelado eficaz no Brasil, sendo disso exemplo o povoamento de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, em meados do século XVIII, por açorianos e madeirenses<sup>32</sup>. Como tal, ainda que tenham sido cooptados alguns colonos oriundos de Portugal continental, nomeadamente do distrito de Braga, a grande maioria dos povoadores foi recrutada na Ilha da Madeira.

Neste contexto, no Outono de 1884, a primeira leva de colonos embarcou no navio *Índia* com destino ao porto de Moçâmedes, no Sul de Angola. Os colonos tiveram direito a um primeiro apoio à sua instalação da parte do Estado, nomeadamente: viagem gratuita para Angola, 3000 réis, alguns equipamentos essenciais (armas, machado, pá e material de casa básico), assim como protecção até ao local de destino<sup>33</sup>. Esta primeira leva era constituída por pouco mais de duas centenas de indivíduos, entre os quais cerca de vinte operários e setenta comerciantes e agricultores, acompanhados pelas respectivas famílias. Este último aspecto é de salientar. A colonização foi feita desde o seu início com famílias inteiras, incluindo um grande número de mulheres, facto que permitiu a formação de um núcleo colonial branco auto-sustentável do ponto de vista demográfico.

No entanto, eram baixas as expectativas iniciais quanto ao sucesso da empresa de colonização, uma vez que as tentativas anteriores de povoamento do interior angolano tinham obtido escasso êxito. Por exemplo, o médico Alexandre Almeida, que seguia a bordo do navio *Índia*, tendo feito uma análise clínica dos colonos, considerou que a sua condição física não era a mais indicada para colonizar as novas terras, assim como para fomentar a produção agrícola ou assegurar a administração da colónia. De uma forma geral, os colonos seriam fracos, iletrados e com um historial agrícola pobre<sup>34</sup>. Por isso, pelo menos para alguns, a empresa de colonização madeirense estaria “condenada” ao fracasso.

Contudo, esses receios não se concretizaram; muito pelo contrário. Durante a viagem ocorreu apenas o falecimento de um único colono. E, apesar das condições adversas, a adaptação dos colonos ao clima e ao ambiente natural do planalto correu bem. Desembarcados em Moçâmedes, em 19 de Novembro de 1884, os primeiros duzentos e vinte e dois colonos esperaram algumas semanas até iniciar a travessia do deserto do Namibe, tendo depois galgado a Serra da Chela. O transporte foi

---

<sup>32</sup> A este respeito veja-se: PIAZZA, 1999, *A Epopéia Açórico-Madeirense (1746-1756)*; VIEIRA, 2004, *A Madeira e o Brasil. Colectânea de Estudos*; e ABREU, 2018, *Rio Grande do Sul ontem e hoje: uma visão histórica*.

<sup>33</sup> BASTOS, 2008, «Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies», p. 37.

<sup>34</sup> BASTOS, 2008, «Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies», p. 43.

essencialmente feito em carros *bóeres*, os mais adequados àquela região sem estradas ou outras modernas vias de comunicação, ainda que também tenham sido utilizados alguns carros mais pequenos. A instalação no planalto, nas chamadas Terras Altas da Huíla, aconteceu já no início de 1885. De referir que a área seleccionada para a colonização tinha sido alvo de uma primeira ocupação militar, na sequência de uma expedição realizada pelos portugueses contra o soba do Lubango, em 1882. Muito embora a campanha não tenha corrido de “feição” às forças portuguesas, a população africana, receosa de novos ataques, abandonou a zona, tendo-se deslocado para a Cuama. De resto, o território do planalto, ainda que habitado pelos africanos M’Huila, não era densamente povoado, pelo que havia espaço suficiente para a comunidade branca “crescer e se multiplicar”<sup>35</sup>.

Em 19 de Janeiro de 1885 teve lugar a fundação oficial da Colónia de Sá da Bandeira, no Lubango, sob a direcção D. José da Câmara Leme. A colónia recebeu esse nome em homenagem ao Marquês de Sá da Bandeira, antigo Ministro da Marinha e do Ultramar. À chegada, os colonos ficaram instalados em quatro barracões: dois destinados a casais casados e com filhos pequenos, outro para famílias com filhos adolescentes e o quarto barracão para os jovens solteiros do sexo masculino. Havia também um gabinete médico. Miguel Jasmins Rodrigues refere ainda a construção de uma primeira levada, para fins de irrigação<sup>36</sup>. Nos meses de Março e de Abril de 1885, começaram a ser construídas as primeiras casas com materiais recolhidos no local, por exemplo o capim. A este respeito, foi definido um plano de urbanização estruturado em dez quarteirões, tendo por centro uma praça, o mercado, os edifícios da governação e a igreja. Procedeu-se também à distribuição dos terrenos pelos colonos (dois hectares por colono), bem como de gado bovino e suíno e ainda de um abono de 30 000 réis, sendo este distribuído de forma desigual por homens, mulheres e menores de dezoito anos<sup>37</sup>.

Seguiram-se novas levas de colonos, provenientes à mesma (e sobretudo) da Ilha da Madeira. Em 1889, o Lubango foi elevado ao estatuto de vila, tornando-se um concelho e na principal povoação do planalto e suplantando outras localidades igualmente povoadas por colonos (Huíla, Humpata, Chibia, etc.). A Câmara Municipal do Lubango foi constituída dois anos depois, em 1891. Nesse ano viviam cerca de 1500 colonos brancos em vários núcleos espalhados pelo Planalto da Huíla, valor

---

<sup>35</sup> Cf. MEDEIROS, 1976, *A colonização das Terras Altas da Huíla* [...], pp. 190-193.

<sup>36</sup> RODRIGUES, 2000, «A colonização madeirense nas Terras Altas da Huíla», p. 697.

<sup>37</sup> MEDEIROS, 1976, *A colonização das Terras Altas da Huíla* [...], p. 194; PADRÃO, 1998, *A colonização do Sul de Angola*, p. 126.

que aumentou para mais de 2500 em 1900, dos quais 2100 portugueses e quase 500 *bóeres*. Em 1901 foi criado o Distrito da Huíla, por desmembramento do de Moçâmedes, tendo como capital o Lubango, então com o nome de Vila de Sá da Bandeira<sup>38</sup>. Em 1910, à data da implantação da República Portuguesa, estimava-se que viviam cerca de 3150 colonos brancos nas Terras Altas da Huíla, dos quais 2370 portugueses e 784 *bóeres*<sup>39</sup>.

### **Limites e Dificuldades Iniciais da Colonização Madeirense na Huíla**

Aparentemente bem-sucedida do ponto de vista demográfico, a colonização da Huíla não foi uma empresa fácil e sem dificuldades de maior. Muito pelo contrário. Desde logo, é preciso ter em conta que – à excepção dos barracões e do gabinete médico – não havia quaisquer infra-estruturas básicas à chegada dos colonos. Isto é, não havia casas, ruas, escolas ou hospitais; também não havia lojas ou casas comerciais e os próprios mantimentos eram escassos. As comunicações com o resto da colónia eram extremamente difíceis, pois não havia estradas, nem transportes, sendo que o caminho-de-ferro demorou décadas a chegar ao planalto. Na falta de melhor, as ligações eram feitas pelos potentes carros *bóeres*, os únicos adequados a circular no sertão. Aliás, a falta de vias de comunicação e de transportes modernos criou enormes dificuldades à escoadura das produções dos colonos, mas também ao seu abastecimento. Logo nos primeiros anos houve excesso de produção, por falta de escoamento, ao passo que os géneros vindos de fora (da metrópole ou de outras regiões de Angola) eram fornecidos de forma intermitente e a preços exorbitantes aos colonos<sup>40</sup>.

Neste contexto, tudo teve que ser feito de raiz pelos próprios colonos, ainda que por vezes com o recurso a mão-de-obra indígena, a qual não era abundante. De resto, a relação com as populações africanas também nem sempre foi fácil, havendo frequentes atritos e conflitos a propósito do controlo dos recursos, nomeadamente do gado. Portanto, os colonos viviam daquilo que conseguiam produzir ou comerciar com os indígenas, labutando arduamente na agricultura e

---

<sup>38</sup> MEDEIROS, 1976, *A colonização das Terras Altas da Huíla* [...], p. 206.

<sup>39</sup> DIAS, 1957, *A Cidade de Sá da Bandeira*, p. 32.

<sup>40</sup> Os relatórios da administração da colónia, publicados por Alfredo de Albuquerque Felner, são particularmente elucidativos acerca da difícil situação económica e social vivida nos primeiros anos da colonização. Veja-se em especial: FELNER, 1940, *Angola: Apontamentos sobre a colonização dos planaltos* [...], volume 3, p. 229; MEDEIROS, 1976, *A colonização das Terras Altas da Huíla* [...], pp. 213-215; RODRIGUES, «A colonização madeirense nas Terras Altas da Huíla», pp. 698-699.

na pecuária. De referir que a construção de levadas foi fundamental para garantir a irrigação das pequenas fazendas dos colonos, as chamadas *chitacas*, em especial no Lubango e na Chibia.

Por outro lado, a presença administrativa portuguesa foi sempre reduzida, sobretudo nas primeiras décadas da colonização. O programa de colonização cessou em 1891 e, depois disso, os colonos foram em larga medida “abandonados” à sua sorte pelo Estado Português. Aliás, o território efectivamente colonizado pelos portugueses no planalto representava uma área relativamente pequena e isolada, permanecendo em larga medida “ameaçada” pelas incursões bélicas de populações africanas adversas, as quais reagem à intrusão europeia nas suas terras ancestrais. Neste sentido, a área ocupada reduzia-se «ao pequeno núcleo de população branca do planalto, instalado no quadrilátero formado pelo Lubango, Humpata, Huíla e Chibia – cerca de quatrocentos quilómetros quadrados»<sup>41</sup>. De salientar que «os próprios brancos que constituíam os núcleos europeus escapavam muitas vezes à acção da autoridade por falta duma organização social e administrativa assente em bases sólidas e com regras fixas»<sup>42</sup>.

Esta realidade só se começou a modificar com a governação de João de Almeida, oficial que governou o Distrito da Huíla entre 1908 e 1910<sup>43</sup>, mas que já antes tinha actuado na região nas campanhas militares de conquista do território. A este respeito, importa frisar que, no plano militar, o fundamental da ocupação colonial portuguesa das regiões meridionais angolanas só se concretizou nas primeiras décadas do século XX<sup>44</sup>. De referir, ainda, que as movimentações militares e os confrontos bélicos produzidos entre portugueses e alemães no Sul de Angola, no quadro da Primeira Guerra Mundial, não chegaram verdadeiramente a ameaçar a zona de colonização branca da Huíla, tendo ficado circunscritas às zonas fronteiriças com o Sudoeste Africano (Namíbia)<sup>45</sup>. Em todo o caso, subsistiram focos de resistência armada ao colonialismo português por parte de algumas populações africanas até relativamente tarde no extremo Sul do Distrito da Huíla.

Para além de ter procedido à ocupação militar de boa parte do planalto, o governo de João de Almeida foi marcado por um conjunto de medidas importantes no sentido de promover o desenvolvimento da colónia madeirense na Huíla. Neste sentido,

---

<sup>41</sup> GALVÃO, 1931, *História do nosso tempo* [...], p. 255.

<sup>42</sup> GALVÃO, 1931, *História do nosso tempo* [...], p. 353.

<sup>43</sup> ALMEIDA, 1912, *Sul d'Angola. Relatório de um Governo de Distrito (1908-1910)*.

<sup>44</sup> PÉLISSIER, 1986, *História das campanhas de Angola. Resistências e revoltas 1845-1941*.

<sup>45</sup> Sobre a Grande Guerra no Sul de Angola veja-se: CASIMIRO, 1922, 1914: *Naulila*; ARRIFES, 2004, *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa: Angola e Moçambique*.

João de Almeida tomou medidas com o objectivo de fomentar a economia, por via da criação de hortas experimentais, de granjas e de postos agrícolas em vários pontos do planalto. Procurou aliás ensaiar novas culturas, em especial o arroz, o algodão e o tabaco, promovendo a irrigação e fornecendo assistência técnica aos regentes agrícolas. Os seus esforços no sentido da modernização da agricultura (e da pecuária) foram acompanhados pela realização de feiras e de exposições para captar novos investimentos e mão-de-obra colona. João de Almeida promoveu ainda o ensino e a instrução, inclusivamente da população indígena, tendo para o efeito instituído uma escola de artes e ofícios. Tal como salientado por Bruno Santos Carvalho, cerca de «40% das receitas líquidas das granjas militares, hortas e viveiros eram destinados aos *fundos do distrito*, que eram usados para pagar aos educadores das escolas e aos instrutores dos ofícios»<sup>46</sup>. No âmbito dos transportes e das vias de comunicação, João de Almeida instituiu carreiras semelhantes às da mala posta para o transporte de correio e passageiros, completou 600 quilómetros de linha telefónica estendidos por todo o Distrito da Huíla, ligando entre si todos os postos administrativos, e edificou duas importantes vias rodoviárias: a estrada do Lubango até ao Cuamato e a estrada do Lubango ao Mucusso<sup>47</sup>.

No entanto, os esforços do Governador não tiveram continuidade no período imediatamente após a proclamação da República Portuguesa. A colónia madeirense permaneceu mais ou menos “esquecida” pelo poder colonial português instalado em Luanda. Uma situação aliás denunciada pela imprensa madeirense, nomeadamente num artigo do Capitão Alfredo Frederico Albuquerque Felner, publicado em dois números, no *Heraldo da Madeira*, em Setembro de 1912<sup>48</sup>. Nesse artigo, o Capitão Alfredo Felner descreveu o “estado de abandono” a que tinha sido votado o núcleo de povoamento branco da Huíla, exortando a uma maior intervenção por parte do Estado Português no sentido de apoiar a colónia madeirense instalada no planalto meridional de Angola.

Porém, foi só na década de 1920, no contexto da governação do Alto-Comissário da República em Angola, General Norton de Matos, que se materializou o fim do isolamento das Terras Altas da Huíla em relação ao resto do território angolano por via da construção do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes. De facto, em 1923, o caminho-de-ferro passou a ligar Sá da Bandeira, então elevada ao estatuto de cidade, ao porto

---

<sup>46</sup> CARVALHO, 2021, *Política e Sociedade Colonial Branca no Sul de Angola* [...], p. 59.

<sup>47</sup> GALVÃO, 1931, *História do nosso tempo* [...], pp. 361-373 e 407.

<sup>48</sup> *Heraldo da Madeira*, 6 de Setembro de 1912, n.º 2558 (continua no número seguinte). Agradecemos ao Doutor Paulo Miguel Rodrigues, docente e investigador da Universidade da Madeira, por amavelmente nos ter sinalizado a existência deste artigo, cuja leitura muito beneficiou o nosso trabalho.

marítimo de Moçâmedes, permitindo assim a plena integração do Distrito da Huíla no mercado colonial português em Angola. Por ordem de Norton de Matos, foram também delineados os traçados das estradas de Sá da Bandeira para Benguela e para Luanda, se bem que a sua efectiva construção tivesse demorado ainda bastante tempo. Em todo o caso, a ligação ferroviária resolveu finalmente o problema do escoamento das produções dos colonos (e das populações indígenas), ao mesmo tempo que facilitou o abastecimento de géneros aos habitantes das Terras Altas da Huíla. O crescimento das relações comerciais alavancou a economia do planalto, estimulando a agricultura e a pecuária. Na cidade, o sector terciário também conheceu um notável crescimento, não apenas devido ao aumento do comércio, mas também à criação de novos serviços, entre os quais alguns nos planos educativo e cultural, como por exemplo um dos dois liceus então existentes em Angola, o Liceu Diogo Cão. Além disso, as facilidades de circulação trazidas pelo comboio criaram as condições para um gradual incremento demográfico da população urbana, sustentado pela instalação de novos colonos na cidade. Sá da Bandeira tornou-se lentamente na “capital” do Sul de Angola<sup>49</sup>.

### **A Cidade de Sá da Bandeira durante o Estado Novo**

Neste contexto, nas décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960, Sá da Bandeira conheceu um significativo desenvolvimento urbano, em concomitância com o crescimento da população branca do planalto. Neste sentido, a urbe passou de 7692 habitantes em 1930, dos quais 3025 brancos, para 15 129 habitantes em 1960, dos quais 7494 brancos. O incremento da população branca conheceu uma aceleração na década de 1960, possivelmente devido à instalação na cidade da Faculdade de Letras dos Estudos Gerais de Angola<sup>50</sup>. Assim, em 1970, segundo Carlos Alberto Medeiros, a população branca da cidade seria de 13 429 indivíduos<sup>51</sup>. A urbe teria então 31 674 habitantes, pelo que a população branca constituiria cerca de 42%. No conjunto das Terras Altas da Huíla, a população branca passou de 7148 efectivos em 1940 para 25 193 indivíduos em 1970, constituindo então 21,7% do total da população do planalto huílano.

---

<sup>49</sup> MEDEIROS, 1976, *A colonização das Terras Altas da Huíla* [...], pp. 258-266.

<sup>50</sup> RIBEIRO, 1981, *A colonização de Angola e o seu fracasso*, pp. 126-127.

<sup>51</sup> MEDEIROS, 1976, *A colonização das Terras Altas da Huíla* [...], pp. 325-327. Cf. CASTELO, 2007, *Passagens para África* [...], p. 223.

Os quadros 1 e 2 mostram, de forma mais detalhada, a evolução populacional quer da cidade de Sá da Bandeira, quer das Terras Altas da Huíla durante o Estado Novo.

Quadro 1: Evolução da população da cidade de Sá da Bandeira, 1930-1960

Ano	Branços		Mestiços		Negros		Total
1930	3025	39,3%	447	5,8%	4220	54,9%	7692
1940	3361	39,5%	471	5,5%	4689	55,0%	8521
1950	6201	53,2%	542	4,7%	4911	42,1%	11 654
1960	7494	49,5%	1142	7,6%	6492	42,9%	15 129
1970	13 429	42,4%	2538	8,0%	15 707	49,6%	31 674

Fonte: PIMENTA, 2005, *Branços de Angola* [...], p. 194.

Quadro 2: Evolução da população das Terras Altas da Huíla, 1940-1970

Ano	Branços		Mestiços		Negros		Total
1940	7148	10,3%	1351	1,9%	61 205	87,8%	69 704
1950	8673	10,6%	1189	1,5%	71 718	87,9%	81 580
1960	11 928	13,6%	2664	3,0%	73 400	83,4%	88 000
1970	25 193	21,7%	3738	3,2%	87 170	75,1%	116 101

Fonte: PIMENTA, 2005, *Branços de Angola* [...], p. 194.

Dita “cidade branca”, Sá da Bandeira mereceu a atenção de vários intelectuais e académicos, que sobre ela escreveram, entre os quais o geógrafo Orlando Ribeiro. São suas as seguintes palavras:

«O centro desta área [Planalto da Huíla] é a cidade de Lubango ou Sá da Bandeira, a única onde os brancos sobrelevaram em pouco a população de cor (35 000 habitantes). Visitei-a há quarenta anos [década de 1940] e tinha a atraente aparência de uma cidadezinha provinciana do Norte [de Portugal], a que não faltava o coreto no meio do jardim [...]. Nos cafés e cervejarias, passeando nos jardins ao fim da tarde, não se viam senão brancos de todas as idades. O geógrafo belga J. Denis notou com perspicácia: *Sá da Bandeira é uma cidade portuguesa em África e não uma cidade centro-africana... Constitui uma anomalia na África Central* (1958). De então para cá, esse aspecto foi-se acentuando. Os brancos habitavam a cidade, as *chitacas* ou quintas dos arredores, onde praticavam uma minuciosa cultura de regadio de horta e pomar, como nas vilas já referidas. Havia-os em todas as profissões e em todos os níveis sociais. Aos mais pobres restava-lhes a prosápia da cor e às vezes o bodo e a esmola que os igualava aos indígenas»<sup>52</sup>.

Um outro testemunho muito pertinente sobre o meio social de Sá da Bandeira, nas décadas de 1950 e de 1960, é-nos fornecido pelo escritor Leonel Cosme, que

<sup>52</sup> RIBEIRO, 1981, *A colonização de Angola e o seu fracasso*, pp. 126-127.

ali residiu durante algumas décadas, até à independência de Angola. Leonel Cosme descreve Sá da Bandeira nestes termos:

«Nos últimos anos da década de 50, quando a cidade se movimenta em torno da reivindicação do ensino universitário, Sá da Bandeira assiste a um surto notável de actividades culturais: a Sociedade Cultural de Angola cria ali a única delegação que teve no território; funda-se o Cine Clube da Huíla, na esteira dos seus congéneres de Luanda, Benguela e Huambo; o Círculo de Cultura Musical abre também uma delegação; e a Câmara Municipal, presidida por um homem do Regime que não tinha, contudo, complexos nacionalistas e possuía, da cultura, um sentido ecuménico, – José Ramos Camisão – patrocina, através de um Departamento Cultural, um boletim cultural de ampla tiragem, um grupo de Teatro Experimental, um Coral e um Atelier Livre de Artes Plásticas»<sup>53</sup>.

Reflexo dessa explosão cultural apontada por Leonel Cosme foi a constituição da mais importante editora do Sul de Angola, a *Imbondeiro* que laborou cinco anos, «até que a PIDE, nos finais de 1965, lhe deu o golpe de misericórdia»<sup>54</sup>. Neste sentido, Leonel Cosme conclui: «Com dois semanários e uma emissora de rádio, Sá da Bandeira veicula para o exterior a fama e o proveito de se haver tornado num centro cultural que, em 1960, rivalizava com Luanda, suplantando-a mesmo nalguns aspectos»<sup>55</sup>.

## A Manutenção dos Laços com a Ilha da Madeira

O crescimento urbano de Sá da Bandeira se, por um lado, implicou uma diversificação das origens da população branca, por outro lado não apagou as ligações originais à Ilha da Madeira. Isto porque o “núcleo duro” da comunidade branca continuou a ser formado pelos descendentes dos colonos provindos da Madeira. Aliás, ao longo do século XX, há notícia da instalação no planalto de novas famílias provenientes do Distrito Autónomo do Funchal<sup>56</sup>. Tratava-se neste caso de uma migração espontânea, no quadro de uma colonização livre e já não no âmbito de um programa de povoamento controlado pelo Estado. A instalação de novos colonos de origem insular, por vezes parentes das primeiras famílias instaladas no planalto

<sup>53</sup> COSME, 1997, *Contribuições do Brasil para a nacionalidade angolana* [...], p. 117. Veja-se também COSME, 2001, *Crioulos e Brasileiros de Angola*.

<sup>54</sup> COSME, 1997, *Contribuições do Brasil para a nacionalidade angolana* [...], p. 117. A *Imbondeiro* teve por principais responsáveis o próprio Leonel Cosme e Garibaldi de Andrade. Cf. COSME, 1978, *Cultura e revolução em Angola*.

<sup>55</sup> COSME, 1997, *Contribuições do Brasil para a nacionalidade angolana* [...], p. 117.

<sup>56</sup> PIMENTA, 2014, «Emigração madeirense para Angola e Moçambique (1930-1948). O Caso do Arquivo da Agência Ferraz», pp. 93-110; SOUTO, 2022, «Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)», pp. 419-451.



no século XIX, revela que os laços com a sociedade de origem não foram quebrados; pelo contrário, os progressos dos transportes e a melhoria das vias de comunicação permitiram o reatar de alguns desses laços com a Madeira, inclusivamente do ponto de vista simbólico. Assim, no início da década de 1950, alguns “velhos colonos” visitaram a Madeira, numa viagem bastante “aproveitada”, para efeitos de propaganda, pelo Estado Novo<sup>57</sup>.

A manutenção dos laços com a Madeira terá contribuído para que, aquando da descolonização, um número significativo de deslocados – os chamados “retornados” – provenientes da Huíla tivesse procurado refúgio na Ilha dos seus antepassados; um assunto que só nos últimos anos começou a ser abordado numa perspectiva historiográfica<sup>58</sup>.

Por outro lado, muito embora não possamos falar na reprodução integral da realidade social e cultural madeirense no Planalto da Huíla, podemos contudo considerar a “transplantação” de certos aspectos da vivência original dos colonos na Ilha da Madeira. De facto, para a Huíla, os madeirenses “levaram” as levadas, fundamentais para irrigar as suas fazendas, mantendo aliás o “modelo” de distribuição das águas existente na Madeira. No Lubango e na Chibia foi mesmo instituído um regulamento relativo à “água de giro”, com base no que era feito na Madeira, havendo cargos bem definidos, entre os quais o de juiz da água e o de levadeiro. Carlos Alberto Medeiros fala, a este respeito, da existência de um autêntico «amor à água» por parte dos colonos madeirenses, sendo esta motivo de grandes desvelos e das maiores preocupações por parte dos colonos, à semelhança do que acontecia na Ilha. Por sua vez, a agricultura colona consistiu num regime de policultura de regadio, mais uma vez com grandes similitudes à agricultura praticada na Madeira. Este regime agrário de minifúndio permaneceu até à independência nas zonas colonizadas pelos madeirenses, sobretudo na periferia da cidade do Lubango e na Chibia. Ao invés, na Humpata e noutras áreas de colonização mais tardia, onde o povoamento foi feito por colonos de outras proveniências, prevaleceu um regime de média e grande propriedade. Os colonos madeirenses especializaram-se na produção de hortícolas e de leguminosas, bem como de batata-doce, trigo e fruta, em especial citrinos, sendo responsáveis pelo abastecimento desses produtos às principais cidades angolanas, entre as quais Luanda. Nalgumas zonas, em especial na Chibia, foram os responsáveis

---

<sup>57</sup> O Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente’s, no Funchal, conserva registo fotográfico da visita dos “velhos colonos” da Huíla à Madeira no início da década de 1950.

<sup>58</sup> Veja-se a este respeito: SOUTO, 2017, *Os Retornados da África – Estudo de caso sobre a sua integração na Madeira*; SOUTO, 2021, «Os retornados de África – Integração na Madeira (1974-1977)», pp. 649-692.

pela introdução da cana-de-açúcar, utilizando-a para a produção de bebidas alcoólicas que depois eram vendidas à população indígena. Mais tarde, já no século XX, o cultivo da cana-de-açúcar foi proibido pelas autoridades, ao passo que o cultivo do trigo foi suplantado pelo do milho<sup>59</sup>.

Paralelamente, em termos espirituais, os colonos madeirenses introduziram a devoção a Nossa Senhora do Monte em Angola, erigindo um imponente complexo no Lubango, formado por capela, escadaria e jardins. O complexo de Nossa Senhora do Monte é ainda hoje um dos *ex-libris* da cidade do Lubango e uma das principais referências da espiritualidade católica no Sul de Angola. Além disso, inspirando-se no *Monumento ao Sagrado Coração de Jesus* na Ponta do Garajau, no Caniço (Madeira), o engenheiro de extracção madeirense Carlos Frazão Sardinha ergueu a imponente estátua do *Cristo-Rei* a 2100 metros de altitude, no alto da Serra de Chela, sobranceira ao Lubango, inaugurada em 1957 (dois anos antes do *Cristo-Rei* de Almada). Pela sua simbologia, a estátua do *Cristo-Rei* do Lubango destaca-se do conjunto dos monumentos existentes na Huíla, na medida em que representa não só a afirmação da fé católica – a religião dos colonizadores –, como também simboliza a unidade cultural dos vários territórios que compunham o chamado “espaço lusíada”, entre os quais o Brasil<sup>60</sup>.

Portanto, os colonos madeirenses não se limitaram a se adaptar à realidade africana, mas reproduziram também uma parte significativa da sua vida ancestral nas Terras Altas da Huíla, tanto do ponto de vista material, como sobretudo em termos espirituais. E são ainda hoje visíveis as marcas da presença madeirense no Planalto da Huíla, em especial na cidade do Lubango, subsistindo um significativo património cultural, material e imaterial, produto dessa mesma colonização. Trata-se de uma herança zelosamente salvaguardada pela população actual da Huíla, inclusivamente pelas autoridades angolanas. Assim, muitas das edificações coloniais são hoje património classificado pelo Estado Angolano. É o caso da referida estátua do *Cristo-Rei* do Lubango. Aliás, o forte empenhamento institucional demonstrado pelas autoridades angolanas na conservação desse monumento é revelador de uma certa concepção de história nacional que não só não exclui a memória da colonização, como também a incorpora na identidade da nação angolana. Outro caso é representado pelo sítio onde se ergueram os “barracões” que acolheram a primeira leva de colonos madeirenses em 1885. De referir que o sítio dos “barracões” é conhecido como sendo

---

<sup>59</sup> Para uma descrição detalhada da agricultura colona veja-se MEDEIROS, 1976, *A colonização das Terras Altas da Huíla* [...], pp. 363-378.

<sup>60</sup> PIMENTA, 2017, «Colonialismo Demográfico Português em Angola [...]», p. 238-240.

a “coordenada zero” da cidade do Lubango. De resto, a memorialização – pela sua monumentalização – do local foi operada ainda no período colonial, mais precisamente em 1942, por ordem do então Governador-Geral de Angola, Álvaro de Freitas Morna, ele próprio filho de madeirenses, ainda que nascido em Coimbra. Foi então erigido um monumento, que ainda hoje subsiste, a assinalar o início do povoamento europeu do Lubango<sup>61</sup>. De salientar também, entre os edifícios mais significativos erguidos na cidade no período colonial, a Igreja da Sé Catedral, construída durante o Estado Novo, e o antigo Palácio e Sede do Governo Colonial. Este último edifício foi a primeira estrutura erguida com material de construção mais durável, tendo sido residência de D. José de Câmara Leme.

Será isto suficiente para considerarmos a criação de uma “Nova Madeira” nas Terras Altas da Huíla? Certamente que não. De resto, a nossa interrogação é fundamentalmente uma “provocação”, que visa tão só suscitar a reflexão acerca do fenómeno da colonização madeirense no Sul de Angola. Contudo, podemos considerar a existência de uma realidade colonial muito própria, marcada de forma indelével pela colonização madeirense, tendo conservado aspectos da vida ancestral dos colonos na Madeira. Uma realidade que se reflectiu no plano identitário e político, consubstanciada na afirmação de uma identidade euro-africana entre os descendentes dos colonos madeirenses, os chamados *chicoronhos*.

### **Uma Identidade Euro-Africana: Os *Chicoronhos***

Para além dos vários aspectos e particularismos acima descritos associados ao processo de colonização da Huíla, foi o isolamento vivido pelos colonos madeirenses ao longo das décadas iniciais do povoamento que mais contribuiu para o desenvolvimento de uma identidade muito própria entre os brancos do Planalto da Huíla. Nas décadas de 1920 e de 1930, a colónia de origem madeirense já tinha criado as suas próprias idiossincrasias, hierarquias e elites, evidenciando certas características que a distinguem do restante conjunto da população branca de Angola. Isto mesmo é confirmado pela documentação arquivística, sendo disso exemplo o relatório do Capitão Ricardo Vaz Monteiro, Governador de S. Tomé e Príncipe, que esteve em visita oficial ao Lubango em 1937. O Capitão notou aliás como as Terras Altas da Huíla eram dominadas por uma potente oligarquia agrária e comercial branca, constituída por proprietários agrícolas, criadores e gado e alguns comerciantes, cujos interesses

---

<sup>61</sup> PIMENTA, 2022, «O Governo-Geral de Álvaro de Freitas Morna em Angola [...]», pp. 35-72.

económicos se centravam inteiramente em África. Uma oligarquia de alguma forma “autóctone” e que por isso mantinha a sua independência relativamente ao núcleo duro da burguesia colonial instalada em Luanda<sup>62</sup>.

Em termos antropológicos, importa frisar que os colonos madeirenses demonstraram uma notável capacidade de adaptação à realidade africana, ao clima e ao meio ambiente, bem como uma grande resiliência às doenças tropicais. Em 1930, o antropólogo Germano Correia notou que os madeirenses e, sobretudo, os seus filhos e netos já nascidos em solo angolano apresentavam uma grande capacidade de resistência às doenças tropicais e que as suas condições físicas denotavam uma perfeita adaptação ao clima e ao território<sup>63</sup>. Essa adaptação resultava numa crescente africanização da população de origem madeirense. Esta também é a perspectiva da antropóloga Cristiana Bastos, que considera que, no final do período colonial, os descendentes dos primeiros madeirenses estariam perfeitamente adaptados ao ambiente físico, clima, doença ou qualquer outro constrangimento natural presente no Sul de Angola. Consequentemente, teria ocorrido uma autêntica transformação antropológica – a *africanização* dessa comunidade branca colonial<sup>64</sup>.

Ora, essa africanização teve a sua expressão social e cultural na assunção de uma identidade própria, distinta da generalidade dos colonos portugueses que habitavam outras regiões de Angola, e que se exprimia por um forte sentido de autonomia e até mesmo de independência em relação ao poder colonial. De resto, havia um termo próprio para designar os descendentes dos colonos madeirenses, a saber *chicoronhos*. Tratava-se de uma designação inicialmente usada pelos indígenas africanos para designar os colonos (significa “senhor colono”), mas, com o tempo, a expressão foi incorporada pelos próprios colonos no plano identitário<sup>65</sup>. Assim, os descendentes dos colonos madeirenses autodenominavam-se de *chicoronhos*, procurando dessa forma distinguir-se dos restantes colonos portugueses residentes em Angola. O *chicoronho* era o exemplo acabado da africanização do colono português em Angola, constituindo uma espécie de “africânder angolano”. Mas ao contrário do *bóer* sul-africano, particularmente conhecido por levar uma vida errante, o *chicoronho* era

---

<sup>62</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Fundo Ministério do Ultramar/MU, Inspeção Superior de Administração Ultramarina/ISAU, Relatórios dos Governadores. Angola, Moçambique e Timor, 1937/1947, maço 1705. Relatório da visita do Governador de S. Tomé e Príncipe a Angola, em 1937.

<sup>63</sup> CORREIA, 1930, *Os Luso-descendentes de Angola*. Cf. CORREIA, 1934, «Os euroafricanos de Angola».

<sup>64</sup> BASTOS, 2008, «Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies», p. 30. Cf. CARVALHO, 2021, *Política e sociedade colonial branca no Sul de Angola* [...], p. 42.

<sup>65</sup> PIMENTA, 2005, *Branços de Angola* [...], p. 47.

o pequeno agricultor do planalto, cujas hortas e pomares eram famosos em toda a Angola.

Note-se que as autoridades administrativas portuguesas tiveram desde cedo a noção da diferenciação da comunidade de origem madeirense. Isto mesmo nos dá nota o Capitão Alfredo Felner, já em 1912, ao afirmar que as autoridades viam os colonos madeirenses como uma espécie de «gentio branco», portanto de alguma forma semelhante à população africana, menos na cor da pele<sup>66</sup>. E, em 1929, Henrique Galvão, que foi Governador do Distrito da Huíla, chegou a classificar os descendentes dos colonos madeirenses de «tribo branca da Huíla»<sup>67</sup>.

Esta diferenciação no plano identitário não se esbateu com a integração económica e social da Huíla no todo angolano a partir da década de 1920. Muito pelo contrário. Os colonos de origem madeirense aprofundaram o seu particularismo identitário nas décadas subseqüentes, desenvolvendo aliás uma narrativa historicista, de pendor “épico”, acerca do processo de colonização branca da Huíla<sup>68</sup>, e reclamando a sua pertença a Angola, na qualidade de euro-africanos. Esta situação reflectiu-se no plano político, inclusivamente no âmbito do nacionalismo angolano.

## **O Nacionalismo Euro-Africano e a Descolonização de Angola**

Os descendentes dos colonos madeirenses estiveram entre os primeiros a assumir uma postura nacionalista, de matriz euro-africana, participando activamente na formação de organizações políticas favoráveis à independência de Angola. De facto, a Huíla constituiu um dos principais focos do nacionalismo euro-africano, pelo menos a partir da década de 1940. O nacionalismo euro-africano consistiu no protesto político protagonizado por uma parte da população branca angolana com vista à independência de Angola. Este protesto entendia a nação angolana como o resultado do encontro das esferas europeia e africana, pelo que atribuía aos brancos um papel activo na luta pela independência e na construção do Estado-Nação<sup>69</sup>. Como tal, distinguia-se das propostas nacionalistas veiculadas pelos três principais movimentos africanos (Frente Nacional de Libertação de Angola, Movimento

---

<sup>66</sup> *Heraldo da Madeira*, 6 de Setembro de 1912, n.º 2558.

<sup>67</sup> GALVÃO, 1931, *História do nosso tempo* [...], p. 353.

<sup>68</sup> O *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira*, publicação periódica de índole cultural, teve um papel particularmente activo na construção dessa narrativa. Veja-se, a título de exemplo, o n.º 11, de Janeiro-Fevereiro de 1963, com notícia detalhada sobre as «Festas da Fundação da Cidade de Sá da Bandeira, 1885-1963».

<sup>69</sup> Sobre o nacionalismo euro-africano veja-se PIMENTA, 2016, *Angola. Os Brancos e a Independência*.

Popular de Libertação de Angola e União para a Independência Total de Angola), na medida em que estes consideravam Angola uma nação fundamentalmente africana, no sentido de negra, e em que o elemento europeu era periférico<sup>70</sup>.

Nas Terras Altas da Huíla, o nacionalismo euro-africano teve expressão no início da década de 1940 com a formação de uma conspiração secessionista protagonizada por vários sectores da população branca, nomeadamente as suas elites. De facto, os colonos pretendiam colocar um ponto final à dominação autoritária e castradora do Estado Português, então controlado pelo regime ditatorial de António de Oliveira Salazar. Os colonos brancos e, sobretudo, os seus descendentes, já nascidos em Angola, ressentiam a subordinação das suas aspirações aos interesses da metrópole, o controlo apertado da administração e da economia pelo Estado, o centralismo e autoritarismo da governação, a repressão política e policial, a exploração económica dos recursos angolanos pela burguesia metropolitana<sup>71</sup>. A isto acrescia o facto do regime salazarista ter instigado o preconceito racial contra os brancos naturais de Angola, os quais foram formalmente classificados de euro-africanos<sup>72</sup>. Nas operações de recenseamento e de controlo da população, os euro-africanos surgiam como um grupo racial distinto, diferente dos brancos nascidos na Europa. Embora fossem considerados cidadãos portugueses, na prática eram tratados como “portugueses de segunda classe” – os chamados “brancos de segunda” –, facto que os aproximava dos mestiços. Esta discriminação, iniciada na década de 1930, prolongou-se pelo menos até ao início da década de 1960<sup>73</sup>.

Por reacção ao autoritarismo da governação colonial, o nacionalismo euro-africano foi particularmente forte nas regiões que concentravam um número maior de brancos naturais de Angola, nomeadamente Luanda, Benguela, Moçâmedes e os planaltos do Centro-Sul de Angola, com especial destaque para o Huambo e para as Terras Altas da Huíla. A cidade de Sá da Bandeira, em concreto, constituiu um dos principais bastiões do nacionalismo euro-africano até à independência de Angola, em 1975, tendo como suporte a população *chicoronha*. De resto, a africanidade dos

---

<sup>70</sup> Sobre o nacionalismo africano veja-se: MARCUM, 1969, *The Angolan Revolution*; e MARCUM, 1978, *The Angolan Revolution*.

<sup>71</sup> The National Archives, FO 371/39583. *Angola reports on political and economic conditions, 1944* (From Donald – Anglo-Portuguese Club Luanda, to the Rev. B. F. Chambers, 11, Vicarage Gate, Kensington, London, 28/10/1943).

<sup>72</sup> ANGOLA, 1947, *Censo Geral da população, 1940*. Cf. NETO, 1964, *Angola: meio século de integração*, p. 241; LEMOS, 1969, *Nótulas históricas*, p. 196; PIMENTA, 2006, *Angola no percurso de um nacionalista* [...], pp. 32 e 37-40.

<sup>73</sup> United Nations Security Council, 16<sup>th</sup> session, Agenda Item 27, *Report of the Sub-committee on the situation in Angola*, 22 November 1961, p. 66.

*chicoronhos* dificilmente poderia ser posta em causa, uma vez que eram várias as gerações de brancos nascidos em Angola, facto que lhes conferia uma legitimidade nacionalista acrescida mesmo aos “olhos” de quem negava o direito da população branca à nacionalidade angolana<sup>74</sup>.

Neste sentido, Sá da Bandeira teve um papel bastante activo na formação do primeiro movimento nacionalista euro-africano, a Organização Socialista de Angola (OSA). A OSA foi fundada por jovens brancos (e mestiços) em Nova Lisboa (Huambo), mas estendeu-se ao resto do território angolano a partir de Sá da Bandeira, cujo liceu funcionava como o pólo aglutinador da grande maioria dos estudantes do Centro-Sul de Angola. Foi em Sá da Bandeira – e no seu liceu – que muitos jovens euro-africanos adquiriram uma consciência nacionalista<sup>75</sup>.

Mas Sá da Bandeira foi também – como referimos anteriormente – um dos centros da conspiração que procurou subtrair o território angolano à soberania portuguesa, substituindo-a pela tutela sul-africana. Uma solução que deveria contudo garantir aos colonos o governo próprio (*self-government*), bem como o controlo sobre os recursos económicos de Angola. O tecer desta conspiração deve ser entendido no contexto da conjuntura crítica espoletada pelo início da Segunda Guerra Mundial e tendo em conta os receios de muitos colonos de que Portugal pudesse entrar no conflito ao lado da Alemanha. Isto porque muitos colonos encaravam o regime salazarista como sendo germanófilo, devido às afinidades ideológicas com o fascismo, ao passo que a maioria da comunidade branca era pró-aliada, defendendo uma clara aproximação à União Sul-Africana. Por sua vez, Pretória estava interessada na constituição de uma “federação africana” por si hegemónizada, compreendendo as duas Rodésias (Zimbabwe e Zâmbia) e as colónias portuguesas de Angola e de Moçambique<sup>76</sup>.

Não nos deteremos aqui na análise da história desta conspiração secessionista, uma vez que já escrevemos detalhadamente sobre ela noutras publicações<sup>77</sup>.

---

<sup>74</sup> Para uma discussão sobre a complexidade – e multiplicidade – do fenómeno nacionalista em Angola veja-se MORIER-GENOUD, 2012, *Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*.

<sup>75</sup> DÁSKALOS, 2000, *Um testemunho para a História de Angola*; CARVALHO, 2001, *Angola. Anos de esperança*. Cf. SANTOS, 1945, *Angola. Coração do Império*, p. 54; PIMENTA, 2005, *Branços de Angola* [...], pp. 119-136.

<sup>76</sup> Sobre esta conspiração há bastante documentação nos arquivos britânicos e portugueses. Veja-se: The National Archives, FO 371/26847. *Angola and Union of South Africa*, 1941; e FO 371/31120. *British Interests in Angola*, 1942. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo Salazar, UL-62, caixa 856, pasta 13, *Situação política em Angola*, 1941 (“Relatório secreto” dirigido ao Governador Geral de Angola, pelo Comandante Interino, Tenente Elísio Guilherme de Azevedo, datado de Luanda, de 31 de Agosto de 1941).

<sup>77</sup> Veja-se, em especial, o seguinte artigo: PIMENTA, 2022, «White Settlers’ Anti-Fascist and Anti-Colonial Movements in Angola (1930–1945)», pp. 75-99.

No entanto, a título meramente ilustrativo, podemos dizer que a conspiração contou com a participação de Venâncio Henriques Guimarães, o maior empresário do Sul de Angola, bem como do principal órgão de imprensa de Sá da Bandeira, o jornal *Notícias da Huíla*. Importa também referir que a tempestiva intervenção britânica impediu a invasão do território angolano pelas forças sul-africanas, ao mesmo tempo que a repressão policial portuguesa desmontou a conspiração interna, prendendo boa parte dos seus líderes. Durante as operações policiais foi também fortemente reprimida a OSA. Mas alguns dos seus jovens membros vieram mais tarde a ter um papel muito relevante na luta pela independência de Angola.

Por outro lado, no âmbito da história do nacionalismo euro-africano, importa ainda salientar a criação da Frente de Unidade Angolana (FUA), um movimento nacionalista euro-africano, fundado em Benguela, em 1961, cujo Presidente foi o engenheiro Fernando Falcão, o qual era neto de colonos madeirenses. Sá da Bandeira, que tinha dado a vitória ao General Humberto Delgado, nas eleições presidenciais portuguesas de 1958<sup>78</sup>, foi um dos principais bastiões da FUA, tanto no período inicial do movimento, em 1961-1963, como numa fase mais tardia, aquando da sua recomposição durante o processo de descolonização de Angola, em 1974-1975.

Num primeiro momento, a FUA procurou apresentar uma alternativa política tanto ao autoritarismo do regime colonial, como ao revolucionarismo das guerrilhas africanas. Por isso reivindicou o direito à autodeterminação de Angola, bem como a concessão de um estatuto de autonomia para o território, de modo a preparar uma transição pacífica para a independência. A independência deveria implicar obrigatoriamente o reconhecimento dos direitos políticos da maioria negra na governação do país, mas, ao mesmo tempo, deveria salvaguardar os direitos e os interesses das minorias branca e mestiça, de forma a evitar a sua exclusão do processo de decisão política e o seu êxodo para o exterior, já na altura previsível à luz do que tinha acontecido no vizinho Congo Belga. No entanto, a proposta política dos nacionalistas euro-africanos não foi aceite nem pelo regime colonial, nem pelas guerrilhas africanas. Lisboa respondeu às reivindicações da FUA com a repressão policial, prendendo e deportando muitos dos seus militantes e dirigentes, ao passo que os movimentos africanos hostilizaram o Comité Director da FUA no Exílio, que existiu em França e na Argélia em 1962-1963<sup>79</sup>.

---

<sup>78</sup> ANTT, Arquivo Salazar, PC-51A, caixa 629, capilha 8, *Relatórios sobre a campanha eleitoral na Guiné e em Angola*, 1958.

<sup>79</sup> ANTT, Arquivo PIDE, Processo 515-Sr/61, 3059, *Frente de Unidade Angolana*. Para uma análise detalhada da actividade da FUA veja-se, em especial, o capítulo IV de PIMENTA, 2016, *Angola. Os Brancos e a Independência*, pp. 210-269.



Durante a fase da descolonização, a FUA, reactivada politicamente por Fernando Falcão e com o sólido apoio de Venâncio Guimarães Sobrinho, principal empresário da Huíla, procurou preparar politicamente a população angolana, sobretudo a branca, para intervir no processo de descolonização<sup>80</sup>. A FUA defendeu a realização de um processo de descolonização pacífico, bem como o estabelecimento de um regime democrático em que fossem respeitados os direitos e as liberdades cívicas e políticas de todos os cidadãos. Um regime que permitisse a participação política de todas as correntes políticas angolanas, de forma que nenhum segmento da população fosse – ou se sentisse – excluído do processo de governação. E, no específico, o movimento tentou assegurar a criação das condições para que a minoria branca permanecesse no país depois da independência, não numa condição de subordinação política em relação à maioria negra, mas numa condição de paridade de direitos e de deveres perante a lei angolana<sup>81</sup>.

No entanto, a FUA não conseguiu atingir nenhum dos seus objectivos políticos, tendo sido excluída do processo de descolonização pelo Estado Português, que optou por negociar a independência exclusivamente com os movimentos guerrilheiros angolanos, ou seja a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). A exclusão da FUA foi particularmente gravosa para os nacionalistas euro-africanos, que se viram assim marginalizados de todo o processo, ficando sem qualquer tipo de representação política. Essa marginalização preparou o terreno para o êxodo dos brancos de Angola, que foi espoletado pela eclosão da guerra civil, entre as três guerrilhas, ainda em 1975<sup>82</sup>.

Na Huíla, a guerra civil fez-se sentir até ao final da década de 1980. Durante o conflito, as Terras Altas da Huíla assistiram a diversos avanços e recuos dos movimentos (MPLA e UNITA) e respectivos aliados, muito especialmente das forças sul-africanas, tornando-se uma região instável e depauperada devido à destruição das estruturas económicas. Tal como salienta Bruno Santos Carvalho «o confronto bélico entre os movimentos devastou económica e socialmente o território. A violência da guerra, o aumento exponencial da insegurança, a degradação das estruturas comerciais e industriais, a paralisia dos serviços públicos, a instrumentalização dos meios de

---

<sup>80</sup> *Jornal da Huíla*, 12 de setembro de 1974, n.º 1045, p. 1.

<sup>81</sup> PIMENTA, 2015, *Descolonização de Angola e de Moçambique* [...], pp. 90-92 e 100-103.

<sup>82</sup> PIMENTA, 2015, *Descolonização de Angola e de Moçambique* [...], pp. 97-106. Sobre a guerra civil em Angola veja-se PEARCE, 2017, *A guerra civil em Angola, 1975-2002*.

comunicação, etc., conduziram ao êxodo da minoria branca, receosa quanto à sua vida e negócios em Angola»<sup>83</sup>.

Como tal, o Sul de Angola tornou-se num dos campos de batalha da guerra civil angolana. Os combates, os assaltos e a violência tornaram-se parte do quotidiano de toda a população. A minoria branca, já politicamente fragilizada, tornou-se no alvo de vexações e de violências por parte de grupos armados, o que conduziu ao seu êxodo, sobretudo durante o segundo semestre de 1975. A maioria dos brancos saiu de Angola por meio de uma ponte aérea para a metrópole, realizada entre Agosto e Novembro de 1975, a partir dos aeroportos de Luanda, de Nova Lisboa e de Sá da Bandeira. No Sul de Angola, muitos brancos optaram por atravessar a fronteira com o Sudoeste Africano, então sob administração sul-africana, na expectativa que o conflito tivesse uma resolução rápida<sup>84</sup>. Foi o caso de Venâncio Guimarães Sobrinho. Muitos destes refugiados vieram a engrossar o forte contingente de imigrantes portugueses na África do Sul, boa parte dos quais de origem madeirense. Bruno Santos Carvalho refere, ainda, que «outros brancos embarcaram nas traineiras e cargueiros acostados nos portos de Moçâmedes e de Porto Alexandre e atravessaram o Atlântico em direção ao Brasil, à Madeira e aos Açores, ou seja, às terras de origem dos seus antepassados»<sup>85</sup>. A este respeito, Odete Souto identificou duas traineiras usadas pelos refugiados angolanos para chegar à Madeira, as traineiras *Anica* e *Manelinha*<sup>86</sup>. Segundo a mesma autora, cerca de 8000 pessoas provenientes das colónias portuguesas africanas teriam vindo para a Madeira em 1975<sup>87</sup>. Certamente, uma parte muito significativa desse contingente seria oriunda da Huíla.

Houve, é certo, um número relevante de descendentes de colonos madeirenses que, apesar das vicissitudes da guerra civil, permaneceu nas Terras Altas da Huíla, em especial na cidade de Sá da Bandeira, denominada novamente de Lubango após a independência. Fernando Falcão, líder da FUA, permaneceu no Lobito. Mas, tal como bem notou Bruno Santos Carvalho, «a verdade é que o êxodo destruiu as estruturas da sociedade colonial criada pelos portugueses no sul de Angola». Tal como aconteceu noutras antigas colónias de povoamento europeu em África, por exemplo na Argélia, «a independência resultou na implosão dessa sociedade

---

<sup>83</sup> CARVALHO, 2021, *Política e sociedade colonial branca no Sul de Angola* [...], p. 151.

<sup>84</sup> PIMENTA, 2017, «Causas do êxodo das minorias brancas da África Portuguesa [...]», pp. 122-123. Cf. REIS, 1978, *Malandros: a evacuação aérea dos portugueses de Angola*; PAULA, 1977, *Angola: Juventude em Fuga*.

<sup>85</sup> CARVALHO, 2021, *Política e sociedade colonial branca no Sul de Angola* [...], p. 159.

<sup>86</sup> SOUTO, 2021, «Os retornados de África – Integração na Madeira (1974-1977)», p. 672.

<sup>87</sup> SOUTO, 2021, «Os retornados de África – Integração na Madeira (1974-1977)», p. 651.

colonial que, embora perfeitamente adaptada e enraizada ao solo africano não foi capaz de resistir às convulsões do processo de descolonização»<sup>88</sup>.

## Conclusão

A colonização madeirense das Terras Altas da Huíla constituiu um dos acontecimentos mais significativos da presença colonial portuguesa no Sul de Angola. A instalação dos colonos madeirenses no planalto huílano, na década de 1880, permitiu ao Estado Português afirmar a sua soberania naquela região, ainda que, na prática, as autoridades coloniais tivessem em larga medida “abandonado” os colonos à sua sorte, em especial nas primeiras décadas da colonização. Como tal, os madeirenses e seus descendentes viveram relativamente isolados do resto da colónia pelo menos até 1923, quando o caminho-de-ferro ligou finalmente o porto de Moçâmedes ao Lubango, então cidade de Sá da Bandeira. Depois disso, Sá da Bandeira beneficiou gradualmente de um certo desenvolvimento económico, social e cultural, que se acelerou nas últimas décadas da colonização com a construção de infra-estruturas modernas, entre as quais um aeroporto, e a instituição de um pólo universitário dos Estudos Gerais de Angola. Se bem que contasse com uma população bem mais reduzida do que Luanda, Sá da Bandeira dispunha de vida cultural própria, cujo incremento acompanhou a afirmação de uma burguesia local ligada ao sector agro-pecuário e ao comércio. Uma burguesia muito ciosa da sua autonomia face ao centralismo do poder colonial e aos desígnios hegemónicos de Luanda.

Por outro lado, os madeirenses transplantaram para as terras do planalto um conjunto relevante de aspectos da sua vivência original na ilha da Madeira, nomeadamente: o regime de minifúndio e o tipo de agricultura, caracterizada por uma policultura de regadio, com prevalência para as produções hortícolas e de leguminosas, a par dos pomares de citrinos e, inicialmente, também do trigo e da cana-de-açúcar; as levadas, o «amor à água» e o seu modelo de distribuição, a “água de giro”, com o respectivo regulamento de clara inspiração madeirense; a devoção a Nossa Senhora do Monte, consubstanciada na construção de um importante complexo religioso no Lubango, que constitui, até à actualidade, um dos maiores centros da espiritualidade católica em Angola; a estátua do *Cristo-Rei* do Lubango, directamente inspirada pelo monumento ao Sagrado Coração de Jesus da Ponta do Garajau, no Caniço. Portanto, os colonos madeirenses reproduziram parte da sua vida

---

<sup>88</sup> CARVALHO, 2021, *Política e sociedade colonial branca no Sul de Angola* [...], p. 160.

ancestral nas Terras Altas da Huíla, tanto do ponto de vista material, como em termos espirituais, deixando marcas que perduram até aos dias de hoje no Sul de Angola.

Ao mesmo tempo, os madeirenses demonstraram uma grande capacidade de adaptação ao território e à realidade africana. De alguma forma, as especificidades da colonização madeirense nas Terras Altas da Huíla, entre as quais o próprio isolamento de que foi alvo a comunidade, materializaram-se na construção de uma identidade muito própria, de cariz euro-africana, profundamente enraizada no chão do planalto, a sua nova pátria em África. Produziu-se aliás um fenómeno social, porventura único no contexto da colonização portuguesa em Angola, de africanização dessa comunidade branca colonial. Uma transformação antropológica estrutural, com claras consequências no plano identitário e também em termos políticos. Designados de *chicoronhos*, os colonos madeirenses e os seus descendentes assumiram-se muito cedo como “homens e mulheres de Angola”, cuja identidade, interesses económicos e horizontes políticos se situavam plenamente em África. Neste sentido, os descendentes dos colonos madeirenses estiveram entre os primeiros a assumir uma postura nacionalista, de matriz euro-africana, participando activamente na formação de organizações políticas favoráveis à independência de Angola, com particular destaque para a FUA.

No entanto, o processo de descolonização de Angola, marcado pela exclusão política dos representantes da minoria branca e pela violência espoletada pela guerra civil entre as diversas guerrilhas angolanas, conduziu à implosão da comunidade branca das Terras Altas da Huíla. Muito embora alguns *chicoronhos* tenham permanecido no Lubango e noutras localidades dispersas pelo planalto, a maioria dos descendentes dos colonos madeirenses partiu no êxodo geral da população branca no segundo semestre de 1975. Uns atravessaram a fronteira com o Sudoeste Africano e estabeleceram-se, mais tarde, na África do Sul; muitos outros partiram para a ex-metrópole e para outros destinos, entre os quais o Brasil. A Madeira também recebeu alguns desses chamados “retornados”, que na verdade mais não eram do que angolanos brancos, descendentes de terceira e de quarta geração dos colonos madeirenses que se tinham instalado nas Terras Altas da Huíla na década de 1880.

Neste sentido, a colonização madeirense marcou de forma indelével a história das Terras Altas da Huíla, constituindo um episódio muito significativo da história da diáspora madeirense no Mundo. Importa por isso conhecer a sua história, num espírito crítico e sem preconceitos de qualquer tipo, bem como preservar o seu importante legado patrimonial, material e imaterial, contribuindo assim para criar condições para um diálogo e uma maior proximidade entre a Região Autónoma da Madeira e a Província da Huíla.

## Fontes

Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

Arquivo Histórico Ultramarino, Fundo Ministério do Ultramar/MU, Inspeção Superior de Administração Ultramarina/ISAU, Relatórios dos Governadores. Angola, Moçambique e Timor, 1937/1947, maço 1705. Relatório da visita do Governador de S. Tomé e Príncipe a Angola, em 1937.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) (Lisboa)

ANTT, Arquivo Salazar, PC-51A, caixa 629, capilha 8, *Relatórios sobre a campanha eleitoral na Guiné e em Angola*, 1958.

ANTT, Arquivo Salazar, UL-62, caixa 856, pasta 13, *Situação política em Angola*, 1941 (“Relatório secreto” dirigido ao Governador Geral de Angola, pelo Comandante Interino, Tenente Elísio Guilherme de Azevedo, datado de Luanda, de 31 de Agosto de 1941).

ANTT, Arquivo PIDE, Processo 515-Sr/61, 3059, *Frente de Unidade Angolana*.

The National Archives (Kew, Londres)

The National Archives, FO 371/26847. *Angola and Union of South Africa*, 1941.

The National Archives, FO 371/31120. *British Interests in Angola*, 1942.

The National Archives, FO 371/39583. *Angola reports on political and economic conditions*, 1944 (From Donald – Anglo-Portuguese Club Luanda, to the Rev. B. F. Chambers, 11, Vicarage Gate, Kensington, London, 28/10/1943).

Fontes Impressas

ALMEIDA, João de, 1912, *Sul d’Angola. Relatório de um Governo de Distrito (1908-1910)*, Lisboa, Typ. do Anuario Commercial.

ANGOLA, Direcção dos Serviços de Economia. Repartição de Estatística Geral da Colónia de, 1947, *Censo Geral da população, 1940*, Luanda, Imprensa Nacional.

NASCIMENTO, J. Pereira, 1892, *O distrito de Mossamedes, colonização europeia (I Parte)*, Lisboa, Typographia do Jornal.

United Nations Security Council, 16<sup>th</sup> session, Agenda Item 27, *Report of the Sub-committee on the situation in Angola*, 22 November 1961, disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/626065>, acessado a 02-12-2022 (nota: a data correta é 27 de Novembro de 1961, como demonstra a corrigenda <https://digitallibrary.un.org/record/626078>, acessado a 02-12-2022).

#### Publicações Periódicas

*Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira* [Sá da Bandeira, Angola].

*Heraldo da Madeira* [Funchal, Portugal], Setembro de 1912.

*Jornal da Huíla* [Sá da Bandeira, Angola], Setembro de 1974.

#### Bibliografia

ABREU, Luciano Aronne de, 2018, *Rio Grande do Sul ontem e hoje: uma visão histórica*, Porto Alegre, EDIPUCRS.

AMARAL, Ilídio do, 1960, *Aspectos do povoamento branco de Angola*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar.

ARRIFES, Marco Fortunato, 2004, *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa: Angola e Moçambique*, Lisboa, Edições Cosmos.

ARRIMAR, Jorge de Abreu, 1997, *Os Bettencourt: da ilha da Madeira ao planalto da Huíla*, Funchal, Edição do Autor.

BASTOS, Cristiana, 2008, «Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies», in *International Migration*, volume 46, n.º 5, pp. 27-54.

BIRMINGHAM, David, 1965, *The Portuguese Conquest of Angola*, Oxford, Oxford University Press.

BRANCO, Jorge Freitas, 2019, *Camponeses da Madeira: As Bases Materiais do Quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, 2.ª edição, Funchal, Direção Regional da Cultura.

CALDEIRA, Susana, 2010, *Da Madeira para o Hawaii: a emigração e o contributo cultural madeirense*, Funchal, Secretaria Regional Educação e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico.

CARVALHO, Américo de, 2001, *Angola. Anos de esperança*, Coimbra, Minerva.

CARVALHO, Bruno Santos, 2021, *Política e Sociedade Colonial Branca no Sul de Angola. O caso das Terras Altas da Huíla (1958-1975)*, Coimbra, Palimage.

CASIMIRO, Augusto, 1922, *1914: Naulila*, Lisboa, Seara Nova – Anuário do Brasil.

- CASTELO, Cláudia, 2007, *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento.
- CAVANAGH, Edward & VERACINI, Lorenzo (ed.), 2016, *The Routledge Handbook of the History of Settler Colonialism*, London/New York, Routledge.
- CHAGAS, Pinheiro, 1890, *As Colónias Portuguesas no Século XIX (1811 a 1890)*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira – Editor.
- CORREIA, Alberto Carlos Germano da Silva, 1930, *Os Luso-descendentes de Angola*, Lisboa, 3.º Congresso Colonial Nacional.
- CORREIA, Alberto Carlos Germano da Silva, 1934, «Os euroafricanos de Angola», in *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, volume I, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 300-330.
- COSME, Leonel, 1978, *Cultura e revolução em Angola*, Porto, Edições Afrontamento.
- COSME, Leonel, 1997, *Contribuições do Brasil para a nacionalidade angolana. Literatura e sociedade*, Gondomar [Inédito].
- COSME, Leonel, 2001, *Crioulos e Brasileiros de Angola*, Lisboa, Nova Imbondeiro, 2001.
- DÁSKALOS, Sócrates, 2000, *Um testemunho para a História de Angola. Do huambo ao huambo*, Lisboa, Vega.
- DIAS, Gastão de Sousa, 1957, *A Cidade de Sá da Bandeira*, Sá da Bandeira, Câmara Municipal de Sá da Bandeira.
- ESTERMANN, Carlos, 1957, *Etnografia do Sudoeste de Angola. Volume II – Grupo Étnico Nhaneca-Humbe*, Porto, Ministério do Ultramar.
- FELNER, Alfredo de Albuquerque, 1933, *Angola: apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FELNER, Alfredo de Albuquerque, 1940, *Angola: Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do Sul de Angola*, 3 volumes, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- GALVÃO, Henrique, 1931, *História do nosso tempo. João de Almeida (sua obra e acção)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- GUERREIRO, Manuel Viegas, 1958, «Boers de Angola», in *Garcia da Orta*, volume 6, n.º 1, pp. 11-31.
- LEMONS, Alberto, 1969, *Nótulas históricas*, Luanda, Fundo de Turismo e Publicidade de Angola.
- MACQUEEN, Norrie, 1998, *A Descolonização da África Portuguesa*, Mem Martins, Inquérito.
- MARCUM, John, 1969, *The Angolan Revolution*, volume 1, Cambridge, MIT Press.
- MARCUM, John, 1978, *The Angolan Revolution*, volume 2, Cambridge, MIT Press.

- MEDEIROS, Carlos Alberto, 1976, *A colonização das Terras Altas da Huíla: estudo de geografia humana*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- MORIER-GENOUD, Eric (ed.), 2012, *Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*, Leiden, Brill.
- NETO, João Pereira, 1964, *Angola: meio século de integração*, Lisboa, ISCPU.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de, 1968, *Luanda. Ilha Crioula*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- PADRÃO, F. Cervino, 1998, *A colonização do Sul de Angola*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- PAULA, Maria, 1977, *Angola: Juventude em Fuga*, Braga, Braga Editora.
- PEARCE, Justin, 2017, *A guerra civil em Angola, 1975-2002*, Lisboa, Tinta-da-China.
- PÉLISSIER, René, 1986, *História das campanhas de Angola. Resistências e revoltas 1845-1941*, Lisboa, Estampa.
- PIAZZA, Walter F., 1999, *A Epopéia Açórico-Madeirense (1746-1756)*, 2.<sup>a</sup> edição, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2005, *Branços de Angola. Autonomismo e Nacionalismo, 1900-1961*, Coimbra, Minerva.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2006, *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*, Porto, Edições Afrontamento.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2014, «Emigração madeirense para Angola e Moçambique (1930-1948). O Caso do Arquivo da Agência Ferraz», in *Islenha*, n.º 54, pp. 93-110.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2015, «O processo de descolonização de Angola», in ROSAS, Fernando et al. (org.), *O Adeus ao Império – 40 anos de descolonização*, Lisboa, Nova Vega, pp. 157-174.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2015, *Descolonização de Angola e de Moçambique. O comportamento das minorias brancas (1974-1975)*, Goiânia, Editora Universidade Federal de Goiás.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2016, *Angola. Os Brancos e a Independência*, 2.<sup>a</sup> edição, Porto, Edições Afrontamento.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2017, «Causas do êxodo das minorias brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975)», in *Revista Portuguesa de História*, n.º 48, pp. 99-124.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2017, «Colonialismo demográfico português em Angola: Historiografia, Identidade e Memória», in *Revista de Teoria da História*, volume 17, n.º 1, pp. 219-246.



- PIMENTA, Fernando Tavares, 2022, «O Governo-Geral de Álvaro de Freitas Morna em Angola: acção política-administrativa e de fomento da economia (1942/1943)», in MARTINS, Fernando *et al.* (coord.), *Entre África e Europa. Estudos Históricos em Homenagem ao Professor Helder Adegar Fonseca*, Vila Nova de Famalicão, Humus, pp. 35-72.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2022, «White Settlers’ Anti-Fascist and Anti-Colonial Movements in Angola (1930–1945)», in *South African Historical Journal*, volume 74, n.º 1, pp. 75-99.
- PINTO, Alberto Correia, 2017, *História de Angola da Pré-História ao Início do Século XXI*, 2.ª edição, Lisboa, Mercado de Letras.
- REIS, João dos, 1978, *Malandros: a evacuação aérea dos portugueses de Angola*, Queluz, Litoral.
- RIBEIRO, Orlando, 1981, *A colonização de Angola e o seu fracasso*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins, 2000, «A colonização madeirense nas Terras Altas da Huíla», in SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.), *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 – c. 1930): III Reunião Internacional de História de África – Actas*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical e Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, pp. 693-704.
- SANTOS, Afonso Costa Valdez Thomaz dos, 1945, *Angola. Coração do Império*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- SCHNEIDMAN, Witney W., 2005, *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*, Lisboa, Tribuna.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 1996, *D. Francisco de Sousa Coutinho em Angola: Reinterpretação de um Governo (1764-1772)*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- SOUSA, João José de Abreu, 1994, *História Rural da Madeira: a Colónia*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional da Cultura.
- SOUTO, Odete Mendonça Henriques, 2017, *Os Retornados da África – Estudo de caso sobre a sua integração na Madeira*, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Lisboa, Universidade Aberta.
- SOUTO, Odete Mendonça Henriques, 2021, «Os retornados de África – Integração na Madeira (1974-1977)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, pp. 649-692.

- SOUTO, Odete Mendonça Henriques, 2022, «Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4, pp. 419-451.
- VERACINI, Lorenzo, 2010, *Settler Colonialism: A Theoretical Overview*, New York, Palgrave Macmillan.
- VERACINI, Lorenzo, 2013, «Settler Colonialism: Career of a Concept», in *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, volume 41, n.º 2, pp. 313-333.
- VIEIRA, Alberto (coord.), 2004, *A Madeira e o Brasil. Colectânea de Estudos*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico.
- WHEELER, Douglas & PÉLISSIER, René, 2009, *História de Angola*, Lisboa, Tinta-da-China.